

# Interdisciplinaridade e interfaces temáticas

[ Comentários ao trabalho de Fábio Wanderley Reis ]

**Paulo Krischke (DICH-UFSC)**

**E**ste belo e coerente trabalho de Fábio Wanderley convida a pensar o estatuto da interdisciplinaridade que norteia o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, o qual sempre interpretamos em termos muito próximos aos sugeridos por Fábio. É certo, porém, que nunca chegamos aqui, pelo menos enquanto eu estava vinculado a este programa, a uma definição unificada da Sociologia Política, seja nos termos rigorosos e originais propostos por Fábio, seja nos de outras definições disciplinares (como por exemplo as que a consideram apenas como uma subclassificação dentro da disciplina sociológica). Mas a consideramos, sim, e tal como indica também o trabalho de Fábio, enquanto resultante necessária da interação substantiva entre as definições que temos da sociedade e da política – interação que norteia nossos estudos em apoio à democracia. Foi assim que nos propusemos, desde o início deste programa, a considerar, de modo fecundo e interdisciplinar, as diferentes contribuições teórico-analíticas que tanto a Sociologia como a Ciência Política podem oferecer à realização desse propósito.

No exercício da interdisciplinaridade, a busca do que denomino “interfaces temáticas” (Krischke, 1997) pode ser considerada um ponto inicial para o debate. Essa busca se tem imposto às minhas pesquisas, e creio que o professor Fábio Wanderley tem sugerido isso, ainda que indiretamente, nos seus trabalhos. Assim, por exemplo, em sua brilhante tese para professor titular, *Política e Racionalidade* (Fábio Wanderley Reis, 1982), ele trabalhou no campo da epistemologia, a convergência entre a psicologia cognitiva

de Piaget, a Sociologia da ação comunicativa de Habermas (em sua fase ainda inicial na época) e o estudo da política brasileira no plano da escolha racional. A leitura dessa obra de Fábio Wanderley influenciou a minha própria compreensão da interdisciplinaridade. A partir daí passei a constatar que é possível encarar as convergências epistemológicas de uma forma, digamos, “leve”, buscando interfaces temáticas entre elas, sem que se postule necessariamente uma convergência mais forte, de conteúdo filosófico (como fez naquela obra o Prof. Fábio). Pois quando consideramos as várias orientações teóricas de fundo, percebemos que muitas delas são freqüentemente incompatíveis, já que se apresentam como mutuamente excludentes. No entanto, quando essas orientações divergentes são tomadas de forma “leve”, considerando apenas as suas contribuições específicas aos temas tratados (inclusive as epistemológicas), percebemos que elas iluminam aspectos complementares da realidade, além de ajudar também a compreensão das limitações internas de cada abordagem teórica. Esse procedimento tem ajudado não apenas os nossos estudos interdisciplinares que envolvem a Sociologia e a Ciência Política, mas também nas suas interfaces com a psicologia política e a filosofia política, no contexto em que tenho trabalhado nos últimos anos, junto ao Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

Do que foi argumentado por Fábio Wanderley no trabalho apresentado hoje, vou apenas salientar dois aspectos para promover o debate acerca da interdisciplinaridade e do papel das interfaces temáticas nesse contexto. O primeiro ponto diz respeito à questão das relações causais como esclarecedoras da contribuição analítica da política aos estudos sobre a democratização. O segundo ponto diz respeito ao lugar privilegiado que o Prof. Fábio atribui à ideologia na orientação do voto.

Compartilho com Fábio Wanderley a sua classificação sobre as várias definições da Ciência Política, e sobre a autonomia da política ou do político, em especial quando ele enfatiza as relações causais como sendo um critério analítico/metodológico para entender, e na verdade incluir e superar, as demais alternativas de abordagem. Acho isso muito útil, no sentido de esclarecer o que é realmente importante para entender o que é a autonomia

do político nos estudos sobre a democratização. Contudo, isso me leva também a pensar que às vezes temos casos de causação múltipla, em situações onde há interferências várias, que tornam difícil, e muitas vezes controversa, a tarefa de estabelecer quais são as causas principais de um dado fenômeno.

Isso tem acontecido nos estudos sobre a democratização, onde cabe reconhecer a importância, e também criticar a ênfase muitas vezes unilateral dos estudos denominados institucionalistas no âmbito da Ciência Política, sobre a mudança apenas das chamadas "regras do jogo" político. Por certo, é impossível negar a importância dessas contribuições no contexto da democratização, e os trabalhos de Fábio Wanderley, inclusive este que estamos comentando, tem dialogado e também contribuído criticamente com essa linha de estudos. A ênfase geralmente posta por Fábio Wanderley nas contribuições da abordagem da "escolha racional" (aliás bastante matizada no presente trabalho) tem-lhe permitido atuar criticamente no diálogo com os chamados institucionalistas. Isso porque ambas as correntes têm muitos pontos em comum, e têm realmente convergido de modo predominante nas análises da democratização no âmbito da Ciência Política, na América Latina como em todo o ocidente (Munck, 1996).

E houve momentos em que a ênfase institucionalista soube conviver com outras contribuições fecundas. Por exemplo, o livro organizado por Fábio juntamente com Guillermo O'Donnell, sobre os problemas da democratização no Brasil (O'Donnell e Reis, 1988), trouxe contribuições importantes para mostrar os limites da democratização brasileira, os quais até hoje sobrevivem entre nós – entre eles, a pesada herança das instituições conservadoras. Mas também há no livro outras contribuições, onde as várias dimensões do legado autoritário foram tratadas. Esse livro, aliás, foi muito útil naquela época, para mostrar o quanto havia de ilusões no país acerca da democratização. Parecia então que bastaria haver afastado os militares do governo para ingressar em uma democracia plenamente instaurada. O livro teve então o mérito de sublinhar as tarefas pendentes e irrealizadas no processo de democratização, quando a constitucionalização do país apenas se iniciava.

O ponto, contudo, que quero salientar aqui, é que esse diagnóstico inicial não tem sido acompanhado de novos estudos que enfatizem a multicausalidade inerente aos processos de democratização. Para dar um exemplo extremo dessa deficiência, lembro do próprio O'Donnell, em artigo mais recente (O'Donnell, 1990), onde argumentava que a tendência à democratização em alguns países como o Brasil e a Argentina seria a uma democracia “delegativa” – o que significava uma incapacidade para realizar as mudanças institucionais (falta de “*accountability*”, equilíbrio entre os poderes, etc.) no contexto do presidencialismo. Independente do acerto que possa haver nesse diagnóstico (por exemplo, no caso da sua aplicação à crise argentina atual), o fato é que o eleitorado era visto nesse artigo como ator passivo, sujeito a manipulação plebiscitária pela pretensão de onipotência presidencial. No caso, não se parecia perceber a importância de uma cultura política em mudança, ou seja, a ênfase institucionalista não habilitava à consideração de mudanças da cultura política.

Então, onde está a multicausalidade dessas relações, no sentido de afirmar uma autonomia do político? É certo que exemplos extremos como esse não se encontram nos estudos de Fábio Wanderley, os quais têm considerado as transformações da cultura política no Brasil. Penso, como ele também, que temos de superar essa visão mais isolada da Ciência Política em relação às demais ciências sociais. Pois teremos de encontrar uma capacidade de interpretar a multicausalidade das transformações políticas, por exemplo, na interação entre fatores institucionais e culturais.

Em outra oportunidade (Krischke, 2000) salientei as interfaces temáticas existentes entre os estudos denominados “análises do regime”, na ótica principalmente institucionalista, e outros sobre movimentos sociais, que se têm denominado “estudos culturais”. Entre outros temas comuns, eles abordam questões centrais da democratização, como o clientelismo, a conceituação normativa da democracia, os atores sócio-políticos relevantes, o nível e unidade de análise, etc. – que ambas as abordagens tratam diferentemente. De fato, ambas criticam-se mutuamente, já que adotam conceituações divergentes sobre a democracia, em

bora apresentem contribuições relevantes, em certa medida complementares, sobre temas comuns da democratização.

Na área de movimentos sociais, há um problema que tem sempre ressurgido: é a questão das chamadas "práticas articulatórias" (Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000), em que a busca de compreensão dos fenômenos sociais tende a colocar a política em qualquer lugar. Mas é preciso saber quais são as relações causais independentes que podem configurar cada situação como política e não como qualquer outra. Qualquer dominação tem um componente político, que deve ser visto nas suas especificações causais, senão não se pode interpretá-la politicamente. No caso do clientelismo, por exemplo, os estudos culturais enfatizam a sua vigência no plano do cotidiano, na vida social, de parentesco, compadrio, vizinhança, trabalho, etc. Neste sentido, tais estudos colaboram para especificar historicamente os traços particularistas informais involucrados nos conflitos sobre a participação e o sentido da ação e dos discursos, que colaboram para a mudança social e a expansão da esfera pública, a partir de suas raízes no cotidiano.

A própria relação entre homem e mulher pode ter uma micropolítica importante na vida doméstica. No entanto, é muito difícil regulamentar isso, a não ser por sanções que – por exemplo, contra a violência doméstica – precisam ser aplicadas. Agora, é evidente que essa relação é afetiva e intersubjetiva, para começar. Não dá para qualificá-la simplesmente de partida, como sendo uma relação unicamente política. As práticas articulatórias, tais como os estudos culturais as têm denominado, em sua ênfase pós-estruturalista, vêem o poder em toda parte. E aí ele pode não estar em lugar algum, porque o importante não é que haja práticas articulatórias – sempre as há –, mas saber em que sentido elas são políticas. Sem dúvida, os movimentos de gênero se têm esforçado por estabelecer essas articulações como propriamente políticas. Mas essa é uma busca que deve continuar, mostrando as interações existentes entre as relações interpessoais e os marcos institucionais e jurídicos que podem e devem regulamentá-las, em cada lugar e situação.

Um segundo ponto que quero levantar aqui diz respeito à questão da orientação do voto e da ideologia, tratada por André Singer no estudo sobre comportamento eleitoral citado por Fábio Wanderley. Independente do mérito da discussão de se os dados de pesquisas empíricas permitem aferir mudanças de caráter ideológico ou não (tratei dessa questão em Krischke, 2001), o problema aqui é saber o que há além das normas e valores por um lado, e da capacidade de sofisticação cognitiva – a escolha racional – por outro, no caso da orientação do voto. A ênfase necessária numa junção entre ambas as dimensões na análise da ideologia é fundamental, como argumenta acertadamente Fábio Wanderley, mas será que não existe uma outra dimensão na escolha eleitoral, situada além (ou aquém) das ideologias? Quem sabe o chamado “voto intuitivo” tem algo a ver com essa dimensão?

Apresso-me a esclarecer que esse ponto surge mais como hipótese para pesquisa, que necessita passar tanto pelo teste da investigação empírica como pelo respaldo da teoria e da Sociologia Política. Na sua resenha do “*Discurso Filosófico da Modernidade*” (1989) Habermas lembra que Kant (1999) substituiu “o conceito substancial de razão da tradição metafísica pelo conceito de uma razão dividida em seus momentos”<sup>1</sup>. Surge assim o reconhecimento de uma capacidade distinta não só da normativa, ética, por um lado, ou da racional, por outro, e que é a capacidade do gosto, da estética, da intuição. Geralmente, colocamos essa capacidade junto às capacidades normativa e cognitiva, nas pesquisas da cultura política. Mas, será que não é possível introduzir uma distinção analítica em que esse terceiro elemento possa ser reconhecido, de modo independente da capacidade cognitiva e das normas e valores que constituem as ideologias?

---

<sup>1</sup> “A las facultades de la razón práctica y del juicio las separa la de la facultad del conocimiento teórico y asigna a cada una de esas facultades su propio fundamento. Por vía de crítica, la razón fundamenta la posibilidad de conocimiento objetivo, de intelección moral y de evaluación estética. (...) La ciencia, la moral y el arte se habían diferenciado también institucionalmente como ámbitos distintos de actividad en que se discutían y elaboraban autónomamente, es decir, bajo un aspecto de validez distinto en cada uno de ellas las cuestiones de verdad, las cuestiones de justicia y las cuestiones de gusto” (Habermas, 1989; p.31-32).

Num livro sobre a decisão do voto no Brasil (1998), Flávio Silveira argumenta que na nova situação da sociedade de massa, de influência da chamada pós-modernidade, a escolha do voto é muito resultante de condições circunstanciais, que são decididas através da intuição, e que esse é um critério legítimo e fidedigno. Entendo esse argumento no seguinte sentido: o voto chamado "intuitivo" não é um fenômeno aleatório ou residual, posto que tem a ver com a capacidade independente, reconhecida por Kant, como sendo diferente da racionalidade *strictu senso* e da ética, e que é a capacidade do gosto ou da estética. Os critérios que essa capacidade mobiliza são de caráter dramático; têm a ver com a identificação provisória que se estabelece entre o eleitor e o ator político.

Por certo, Habermas não tratou esse fenômeno em contexto eleitoral. Mas em sua obra mais complexa sobre a Sociologia da "ação comunicativa" (1987), o critério de validade intersubjetiva a que ele refere como suporte à dimensão dramática da ação é o critério da autenticidade. Um político (como qualquer pessoa) tem que ser reconhecido como autêntico por seus interlocutores: alguém que diz algo dramaturgicamente, num sentido que é considerado veraz, ou pelo menos verossímil no plano das aparências, porque está dramaticamente presente naquela situação. Esta interlocução dramática é em geral um critério estético mobilizado simultaneamente aos demais critérios de validade, éticos e cognitivos, em qualquer situação comunicacional. Mas é possível especular que ela venha a assumir função preponderante, em cenários eleitorais carentes de maior sofisticação cognitiva e nitidez ideológica, como tem acontecido no Brasil e em muitas partes do mundo. A nossa herança populista também poderia justificar essa tendência (como no caso da eleição de Collor, por exemplo). Mas não é necessário limitar a ação dramática aos casos de regressão política, para perceber a sua importância para a dinâmica do processo democrático.

Em conclusão, apenas reafirmo o meu apreço pelo trabalho de Fábio Wanderley apresentado neste seminário, o qual, como em muitas outras obras suas, nos estimula à reflexão e ao debate, para levarmos adiante o aperfeiçoamento do nosso trabalho, e o maior conhecimento da política em nosso país.

## Referências bibliográficas

- Álvarez, S.; Dagnino, E.; Escobar, A. (Orgs.) 2000, **Cultura e Política nos Movimentos Sociais da América Latina**, B. Horizonte: Ed. UFMG.
- Habermas, J. 1987. **El Discurso Filosófico de la Modernidad**, Madri: Taurus.
- \_\_\_\_\_. 1989. **Teoría de la Acción Comunicativa**, 2 Vols., Madri: Taurus.
- Kant, E. 1999. **Crítica da Razão Pura**, S. Paulo: Nova Cultural.
- Krischke, P. 1997. *Cultura Política e Escolha Racional: Interfaces nos Estudos da Democratização*, **BIB. Revista de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, 43: 103-126.
- \_\_\_\_\_. 2000. *Regime ou Cultura nos Estudos da Democratização*, **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, 50: 113-132.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Aprender a Democracia na América Latina: Notas sobre o Aprendizado Político e as Teorias da Democratização*. In Leis, H. e Scherer-Warren, I. (Orgs.), **Modernidade Crítica e Modernidade Acrítica**, Florianópolis: Cidade Futura.
- Munck, G. 1996. *Disaggregating Political Regime: Conceptual Issues in the Study of Democratization*, **Kellogg Institute Working Papers**, 228.
- O'Donnell, G. 1990. *Democracia Delegativa?*, **Novos Estudos CEBRAP**, 31: 24-40.
- Reis, F. Wanderley, 1982. *Política e Racionalidade*, **Estudos Sociais e Políticos**, 37. B. Horizonte: UFMG/PROED.
- \_\_\_\_\_, e O'Donnell, G. 1988. **A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas**, S. Paulo: Vértice.
- Silveira, F. 1998. *A Decisão do Voto no Brasil*, P. Alegre: EDIPUCRS.